

GRANDES PROJETOS, GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NO MARANHÃO

Fernanda Cunha de Carvalho¹ & Lúcia Cony Faria Cidade²

¹Rua 13, Quadra 23, Casa 69, Cohatrac IV, São Luís (MA), CEP: 65054-540
Telefones: (98)8141-0645/(61)9108-7087
fernandacunha@yahoo.com.br

²Programa de Pós-Graduação em Geografia/GEA/UnB; Campus Universitário Darcy
Ribeiro, ICC Norte, Subsolo, Módulo 23; 70.910-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3107-7262 e 3272-1909
cony@unb.br

Recebido 13 de abril de 2011, aceito em 15 de maio.

RESUMO - A discussão acompanha o desenvolvimento brasileiro ao longo de várias décadas, com ênfase na ampliação e intensificação da ocupação da Amazônia. Voltadas para a integração de mercados em escala internacional, essas mudanças também afetam a inserção do estado do Maranhão no quadro produtivo nacional. Uma das formas é o estabelecimento de grandes complexos produtivos, equipamentos de infraestrutura e projetos logísticos. Em São Luís, a capital do estado, essa dinâmica tem se expressado em uma gestão do território com efeitos ambientais que afetam comunidades locais. Assim, o texto explora o papel de grandes projetos governamentais no equipamento do território e na produção de efeitos ambientais. Buscando compreender como mudanças no quadro ideológico se rebatem em diferentes políticas públicas, a análise se desenvolve com base em revisão bibliográfica e se apoia em uma organização por períodos. A primeira fase é a desenvolvimentista; a segunda é a neoliberal; enquanto a terceira, é chamada de logística. A discussão mostra que, mesmo diante de uma regulamentação, a dinâmica de apropriação do território por processos de apoio à acumulação continua provocando efeitos ambientais negativos.

Palavras-chave: grandes projetos, gestão do território, efeitos ambientais, Maranhão.

ABSTRACT - The discussion follows Brazilian development along several decades, emphasizing the enlargement and intensification of Amazonian territorial occupation. Turned to market integration at the international scale, these changes also affect the insertion of the state of Maranhao in the national productive scene. One of the ways is the establishment of large production complexes, infrastructure equipment and logistic projects. In Sao Luis, the state capital, this dynamics has reflected on a territorial management with environmental effects affecting local communities. The text, thus, explores the role of large governmental projects in territorial equipment and in the production of environmental effects. In the attempt to understand how changes in the ideological framework reflect upon different public policies, the analysis unfolds through a bibliographical review, while adopting a organization in periods. The first phase is developmental; the second is neoliberal; while the third is called logistical. The discussion shows that, even facing regulation, the dynamics of territorial appropriation by processes supporting capital accumulation keeps triggering negative environmental effects.

Key words: large projects, territorial management, environmental effects, Maranhao

INTRODUÇÃO

A inserção do Brasil na dinâmica socioeconômica mundial tem se afirmado, em larga medida, por meio da utilização de seu território e dos recursos aí localizados. Nas últimas décadas, o equipamento do território, por meio de redes de infraestrutura, e os investimentos em grandes projetos têm reforçado a articulação do país ao quadro internacional. Em anos recentes, o Maranhão, situado na Região Nordeste e com parte expressiva de seus municípios na Amazônia Legal, tem recebido elevados investimentos governamentais. Voltados para a inserção produtiva da região, grandes projetos localizados nesse estado resultam em pressões ambientais significativas. Na capital do estado, São Luís, esse processo

afeta, não apenas áreas naturais, mas também áreas urbanas. O objetivo deste texto é explorar, em diferentes fases, a relação entre desenvolvimento econômico, gestão do território e efeitos ambientais¹, com exemplos no Maranhão e em São Luís.

Os períodos que servem de base para a análise, têm o intuito de facilitar a apreensão de mudanças e permanências em processos temporais. Embora demarcadas, com uma perspectiva de refletir diferentes políticas públicas, as fases não são estanques. A primeira fase é a desenvolvimentista, estendendo-se de 1964 a 1989; a segunda é a neoliberal, entre 1990 e 2002; enquanto a terceira, chamada de logística, vai de 2003 e se estende até a atualidade.

Na fase desenvolvimentista² no Brasil os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1972-1974) e II (1975-1979) previam a ocupação do espaço econômico brasileiro, expandindo a fronteira econômica e promovendo a política dos polos. Em linhas gerais, “a estratégia era alcançar a autonomia nacional e o fortalecimento do espaço político do Estado através do domínio do vetor científico-tecnológico, que se constituía como condição básica para a continuidade acelerada do crescimento” (DA SILVA, 1993, p. 55).

A visão do país como “Grande Potência” foi marcada profundamente pela implantação de grandes projetos industriais que foram animados, não apenas pela participação estatal direta, mas também por vultosos financiamentos

¹ Os efeitos ambientais aqui discutidos não estão restritos ao ambiente físico (natural), considera-se também o social como parte da relação.

² De acordo com Cervo (2008) a fase desenvolvimentista tem início no ano de 1930. Entretanto o recorte feito no trabalho levará em consideração um período mais curto, de 1964 a 1989, sobretudo por desejar tratar o processo a partir do momento em que se inicia o período ditatorial brasileiro e seus reflexos na escala de São Luís, com a implantação dos grandes projetos.

externos. “O que se constituiu foi um compromisso capaz de produzir um meio “ambiente único” para os grandes projetos de investimento público nas áreas de mineração e energia, vias de transporte e expansão da fronteira agrícola” (ACSERALD *et al.*, 2009, p. 126.)

Exemplos de grandes projetos da fase desenvolvimentista são: os Complexos de Fertilizantes do Nordeste, o Complexo Mineral Petroquímico Regional (eixo Salvador-Aracaju-Maceió), os Polos Petroquímicos em Camaçari (Bahia) e Rio Grande do Sul, as hidrelétricas de Itaipu, Sobradinho e Itaparica, e as usinas termelétricas de Charqueadas no Rio Grande do Sul, Figueira no Paraná e Capivari em Santa Catarina. Os efeitos ambientais, geralmente relacionados à implantação dos empreendimentos, começam a ser configurados mesmo que ainda não sejam bem visualizados, fato que só vai se modificando com o aumento da difusão da questão ambiental em torno do que se passou a denominar de crise ecológica. No entanto, já há uma percepção em torno dos efeitos negativos do processo de retirada de contingentes populacionais de seus territórios.

Na fase neoliberal brasileira o contexto nacional leva a uma necessidade de reestruturação produtiva da economia, por volta do início dos anos 1990, colocando a questão regional como um novo patamar, em que o processo de globalização da economia mundial é acompanhado pela fragmentação política em interesses localizados. “Estas relações foram profundamente alteradas pela emergência de novas formas de regionalismo, que, em alguns casos extremados, ameaçam a própria integridade da economia nacional” (EGLER, 1995, p. 223).

Os projetos são desenvolvidos no âmbito dos programas Brasil em Ação e Avanço Brasil (este em sua 1ª fase – 2000-2003), que estavam ligados ao

desenvolvimento de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enids), através da recuperação e duplicação de estradas para beneficiar o transporte de produtos; da melhoria nos portos de Suape (Pernambuco), Pecém (Ceará), Sepetiba (Rio de Janeiro) e Santos (São Paulo); do projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins (do Planalto Central ao Porto do Itaqui). Na área de energia destacam-se a Usina Hidrelétrica do Xingó; o Gasoduto Brasil-Bolívia; a interligação do Sistema Elétrico com o Linhão Norte-Sul, que vai de Imperatriz (MA) até Samambaia (DF); a construção das termelétricas de Araucária (Paraná), Arjona (Mato Grosso do Sul), Refap (Rio Grande do Sul); Eletrobolt (Rio de Janeiro); Fafen (Bahia) e Macaé Merchat (Rio de Janeiro). Os efeitos ambientais não se detêm mais somente ao processo de instalação das indústrias, estando, geralmente, relacionados à poluição já ocasionada por seus funcionamentos.

O Brasil da fase logística tem sido caracterizado por uma grande tentativa do aumento de consumo de massa interno, bem como do crescimento externo, pautado, sobretudo, na integração com os outros países da América do Sul. No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), “foram retomados grandes projetos de infra-estrutura como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, entre outros, ao longo dos antigos eixos de desenvolvimento, desta vez com a perspectiva da “inclusão internacional” da nação ao mercado global” (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010, p. 13). Nesse sentido foram desenvolvidos inúmeros projetos de infraestrutura voltados ao beneficiamento do crescimento econômico, tendo os projetos de energia como grande foco.

Alguns exemplos desses projetos são: Ampliação das Linhas de Transmissão Milagres-Tauá (Ceará) e Recife II e adequação da Linha de Transmissão Pau

Ferro (Campina Grande). Os efeitos ambientais mais característicos são a poluição e recursos hídricos, ar e solos (por atuação de indústrias anteriores), bem como intensos desmatamentos, índices de alagamentos e perda de bio e sociodiversidade (através da implementação dos novos projetos).

Os reflexos das políticas nacionais foram fortemente sentidos na Amazônia Legal brasileira. Assim, na fase desenvolvimentista, a Amazônia sofreu intensa intervenção direta, voltada para o desenvolvimento de padrões econômicos que, embora realizados localmente, objetivavam atender interesses nacionais. Dessa forma, “[...] a exploração de recursos na Amazônia assume importância vital para o Estado, que, favorecendo a implantação de grandes projetos na região, assegura também a expansão de empresas estatais e a sua transnacionalização” (BECKER, 1994, p. 62).

Exemplos de grandes projetos dessa fase na Amazônia Legal são: a Zona Franca de Manaus, o Projeto Calha Norte, a Companhia Vale do Rio Doce, a Albrás, a Alunorte, o Trombetas, as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí. Os efeitos ambientais são maciçamente percebidos pela retirada de vegetação, atingindo, além da fauna local, também comunidades em suas tradicionais áreas de moradia.

Na fase neoliberal, do ponto de vista das corporações, a Amazônia passou a representar a vantagem inicial de possibilitar a apropriação de grandes porções do espaço, sendo fortemente atingida por planos de articulação do espaço interno. O Estado, então, racionaliza o território e fornece as bases que possibilitam o desenvolvimento econômico em âmbito nacional, a partir de estratégias desenvolvidas localmente, mas integradas globalmente. É nesse contexto que são traçados: a instalação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o

gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba; a Hidrelétrica de Serra Quebrada (Tocantins). Os efeitos ambientais também estão ligados ao desmatamento e alagamento de áreas voltadas à implementação dos projetos.

Na fase logística há na Amazônia o atendimento da necessidade energética criada por atividades industriais voltadas à expansão e ao crescimento da economia nacional, caracterizando forte tentativa da integração nacional com países vizinhos. Assim exemplos de grandes projetos dessa fase são: as hidrelétricas de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau; a expansão da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; a ampliação das subestações Marabá, Vila Conde e Santa Maria (Pará); a Usina Hidrelétrica de Rondon (Rondônia). Nessa fase, os impactos ambientais têm se mostrado intensos. Entre os principais efeitos ambientais negativos estão o desmatamento, a perda de biodiversidade, os alagamentos, a degradação do solo e as queimadas, e o constante deslocamento populacional, atingindo grande parcela de populações tradicionais.

A breve revisão sugere uma clara relação entre a ação do Estado, por meio de políticas públicas e o equipamento do território, como uma forma de promover a acumulação de capital e a integração da Amazônia ao sistema produtivo contemporâneo. A próxima seção apresenta um quadro referencial de interpretação dos processos em curso. As outras seções analisam, para os períodos considerados, a relação entre grandes projetos, gestão do território e efeitos ambientais, respectivamente para o Maranhão e para São Luís.

COMENTÁRIOS SOBRE PODER E GESTÃO DO TERRITÓRIO

O poder é um conceito chave que possibilita avançar no desvendamento da dialética da produção e da apropriação do espaço. Nesse sentido, “a política implica o estabelecimento de objetivos e táticas dos atores sociais frente a outros membros da sociedade a fim de imporem seus critérios e formas de atuação” (DA SILVA, 1993, p. 46). Pode-se considerar que o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço reflete-se na noção de território.

A partir de um olhar geográfico, ao lado de seu caráter de prática de poder, o conceito de gestão do território assume diversas perspectivas. Para Roberto Lobato Corrêa, no cerne do capitalismo, a gestão do território visa garantir a diferenciação de áreas e as condições de produção e reprodução social no espaço. Representa, portanto, “o conjunto de ações que têm como objetivo, no plano imediato, a criação e o controle do espaço” (CORRÊA, 1996, p. 23).

Sposito (1998), em sua atribuição da discussão da cidade como centro de gestão do território, estabelece a relação desta com as empresas industriais, que definem suas estratégias de localização considerando as áreas de maior densidade “técnico-científico-informacional”. Considera, também, a disposição de áreas com potencialidade de mão-de-obra qualificada e o estabelecimento de redes de cooperação e sinergia, além da proximidade e localização estratégica de grandes mercados consumidores. Contudo, como a gestão do território não se faz específica a empresas, também são relevantes os interesses e combinações de novos valores fundiários e as condições criadas pelo poder público para que os interesses privados possam se efetivar.

Fanny Davidovich, escrevendo em 1988, indicava que a gestão é referida à

prática de poder por meio de formas de administração autônoma, tendo o território como suporte logístico. A prática social pode implicar no conflito entre várias esferas de poder, que buscam estabelecer seu domínio a partir da territorialidade de sua ação, geralmente resultando na segregação espacial consequente da estruturação de uma base territorial específica (DA SILVA, 1993, p. 47).

Com visão semelhante, Bertha Becker (1991, 1994), acrescenta que a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessária para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões e ações. Tal visão possibilita análises que ultrapassem questões tão somente administrativas, bem como a visualização do fator cada vez mais constante de articulação entre as políticas públicas e as ações do setor privado. A gestão do território passa a ser cada vez mais relacionada ao exercício do poder descentralizado no território, ultrapassando a visão inicial de elementos da administração de empresas, para incluir a da governabilidade.

Entre os agentes que atuam na gestão do território, os grupos econômicos são um forte exemplo, “por sua capacidade associativista, controle sobre importantes recursos humanos, tecnológicos e econômicos e sua dinâmica de mobilidade, nas diversas instâncias dos poderes público e privado” (SILVA, 1997, p. 54). Entretanto, considerando que o Estado já é historicamente reconhecido como o regulador das relações institucionais, ele representa o agente que mantém o domínio da gestão, por vezes estabelecendo parcerias com esses grupos econômicos. Tal fato indica que a gestão é eminentemente estratégica, um controle do território voltado a executar finalidades específicas dos agentes dominantes.

POLÍTICAS REGIONAIS, GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NO MARANHÃO

GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NA FASE DESENVOLVIMENTISTA NO MARANHÃO

Na fase desenvolvimentista, como constituinte da Amazônia Legal, o Maranhão³ não fugiu da lógica da racionalização do espaço voltado para o suporte ao desenvolvimento econômico nacional. Enquadradas na rota estabelecida no Programa Grande Carajás (PGC), algumas áreas do estado tornaram-se centros produtores de ferro gusa, tais como a cidade de Açailândia, que é portadora de cinco siderurgias (Viena Siderúrgica, Gusa Nordeste, Siderúrgica Vale do Pindaré, Siderúrgica do Maranhão e Fero Gusa do Maranhão).

Nessa fase, os impactos ao ambiente se mostraram intensos, os principais efeitos ambientais negativos estão ligados à atuação das usinas de ferro gusa, entre eles estão o desmatamento de plantas nativas e plantio de eucalipto, a emissão de gases, poluição do solo e dos recursos hídricos.

A história do Piquiá de Baixo é um grande exemplo de comunidade afetada pelas gusarias, atingida pela construção do polo siderúrgico na cidade de Açailândia, também acaba sendo afetada pela instalação da Estrada de Ferro de Carajás. As famílias da comunidade nunca foram removidas, embora, esse tenha sido um comprometimento feito pela Vale, pela prefeitura municipal, pelo Ministério Público Estadual e pelos governos estadual e federal.

A não realização de acordos com a comunidade, ou até mesmo a falta deles,

³ De um total de 217 municípios, o Maranhão possui 183 municípios que integram a Amazônia Legal, segundo dados do IBGE para o ano de 2007.

pode ser considerada como uma característica inerente aos projetos implantados no Maranhão na fase desenvolvimentista. Quando muito, os moradores conseguiam ganhar uma baixa indenização.

GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NA FASE NEOLIBERAL NO MARANHÃO

Na fase neoliberal a região Sul do estado recebeu grande importância, sendo identificada por um polo dinâmico que reuniu dez municípios, apresentando o município de Balsas como centro. A área é atualmente reconhecida através do desenvolvimento maciço de plantios voltados à exportação, tendo como pontos fortes as culturas de soja, feijão, arroz, milho e a pecuária de corte. Nesse sentido é que a infraestrutura de transportes recebeu grandes investimentos. Um exemplo foi a construção da Ferrovia Norte-Sul, contribuindo para que os produtos chegassem aos principais centros consumidores.

Nessa fase, os impactos ambientais estão, sobretudo, relacionados à atuação das empresas de exportação de soja. Entre os principais efeitos ambientais negativos podem ser destacados o desmatamento e a contaminação dos solos e águas por agrotóxicos.

Dentre as empresas produtoras de soja na região, estão a Cargil e a Bunge, que trabalham com uma intensa mecanização, desestruturando a agricultura familiar e não oferecendo empregos para a comunidade das áreas nas quais se instalam. Uma análise efetuada em uma das regiões produtoras de soja constatou:

Que houve uma significativa diminuição no número de peixes (em especial, traíra, cascudo, mandi e piaba) do rio, bem como de animais (rãs, pererecas, salamandras); e que a água tem

sofrido sérias alterações na sua turbidez e, provavelmente, nas suas características físicoquímicas, alterações estas que podem estar em alguns pontos, associadas também, ao assoreamento dos cursos d'água. (NUNES et al. 2010, p. 126).

Há a constante demonstração que os impactos provenientes de tal monocultura têm ocasionado uma redução das expectativas de sobrevivência das comunidades. Isto tem causado um empobrecimento de regiões inteiras, pela perda da identidade cultural, devastação de ecossistemas e destruição da biodiversidade.

GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NA FASE LOGÍSTICA NO MARANHÃO

Na fase logística, há o desenvolvimento de grande projeto voltado ao contexto nacional, a Refinaria Premium I, da Petrobrás, localizada na cidade de Bacabeira. E ainda, seguindo o contexto do desenvolvimento da infraestrutura energética, há a ampliação das subestações Miranda II, Peritoró, Porto Franco e Imperatriz; construção de uma Hidrelétrica em Estreito e a construção da Termelétrica Gera Maranhão, em Miranda.

Essa fase é marcada pela continuidade dos impactos ambientais negativos, tais como poluição de rede hídrica, ar e solos⁴. As populações diretamente afetadas têm formado importantes blocos de resistência, sobretudo aquelas atingidas pela Refinaria Premium I. Para a implementação desse projeto o governo do estado se comprometeu a desapropriar uma área habitada por

⁴ É importante destacar que o aumento das exigências às adequações dos parâmetros que regem os deveres das empresas e suas relações com o ambiente, faz com que, nesse período, seja esboçada certa “preocupação” do grupo empresarial envolvido, que geralmente destina parte de sua verba para que os impactos causados ao meio sejam sanados.

agricultores familiares.

Esse cenário no Maranhão tem provocado a expulsão de milhares de agricultores de suas terras e o dismantelamento da produção familiar rural, como consequência de um modelo de desenvolvimento excludente. Observando os indicadores sociais, percebe-se que, apesar de grandes investimentos em projetos de desenvolvimento econômico, o estado permanece sendo um dos mais pobres do Brasil, com elevados índices de concentração de terras, riquezas e poder político e importando grande parte do que consome (SANT'ANA JÚNIOR & ALVES, 2010, p. 05).

Nesse sentido, o “estado de coisas” que se encontra o Maranhão, não está relacionado à ausência de investimentos na economia, mas sim na sua forte presença. Com significativa participação do Estado, essas ações, no entanto, tendem a assumir um caráter de enclaves, com beneficiamento predominantemente externo e pouca atenção à escala local. Em São Luís, essa dinâmica é particularmente aparente.

POLÍTICAS REGIONAIS, GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS EM SÃO LUÍS

GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NA FASE DESENVOLVIMENTISTA EM SÃO LUÍS

A urbanização de São Luís, a capital do Maranhão, se deu de forma dependente, com um modelo concentrador de renda, por ter características naturais e

⁵ Como característica natural pode ser citada a existência de uma baía com ótima profundidade natural mínima de 23m, a Baía de São Marcos, ligada ao Oceano Atlântico; e, como característica construída podem se destacar o Complexo Portuário do Itaqui que estabelece ligação com muitos pontos internacionais, favorecendo a economia financeira entre os mercados.

construídas⁵ favoráveis, tem recebido a implantação de grandes projetos.

Na fase desenvolvimentista, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, São Luís foi marcada pelo padrão econômico nacional e internacional com a instalação de capitais industriais através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)⁶, do Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) e da construção do Porto do Itaqui, formando o complexo portuário. Tais projetos encontram-se enquadrados na lógica de desenvolvimento econômico atrelado às exportações.

Nessa fase, os impactos ambientais negativos se mostraram intensos, recebendo destaque a poluição dos rios e emissão de gases. Além dos efeitos negativos sobre o quadro natural, há impactos sobre a população. Houve expropriação de uma grande massa populacional, que habitava o oeste da Ilha, além de influenciar a vinda de um grande contingente de pessoas. Isso causou um considerável aumento do número de palafitas que deram origem a grandes ocupações próximas ao centro urbano, surgindo bairros desordenados, sem infraestrutura, saneamento e planejamento urbano (MARANHÃO, 1997).

“As décadas de 70 e 80 do século XX demonstraram a presença de um fluxo populacional contínuo e ascendente, desde a década de 60, que coincidiu com o avanço espacial da urbanização de São Luís. Além disso, constituíram indicadores seguros das tendências de um movimento populacional mais recente, principalmente se forem analisados em conjunto com o crescimento industrial estabelecido na década de 80 e os atrativos que foram criados com a implantação de grandes

⁶ A Companhia Vale do Rio Doce passou a adotar somente o nome fantasia “Vale” desde 2007.

projetos minero-industriais na capital maranhense” (SÃO LUÍS, 2006, p. 30).

Tais espaços refletem resultados da implantação e da consequente remoção da população anteriormente ocupada, não somente pela instalação da Vale e da Alumar, mas também do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado próximo a São Luís.

São Luís (2006, p. 68) afirma que “a instalação do Distrito Industrial da ALUMAR (...) e da CVRD (...), num primeiro momento contribuíram apenas para o acréscimo populacional da cidade, oriundo da zona rural da Ilha e do interior do estado”. Os empreendimentos, ao atraírem fortemente o homem do campo em busca de sobrevivência, e ao desapropriarem milhares de famílias de posseiros, contribuíram para agravar os problemas urbanos (UFMA/SUDAM *apud* FERREIRA, 1999), tais como o desemprego, a miséria, a fome, a submoradia e a violência “consequência das migrações, da inchação das cidades, das desigualdades gritantes” (GISTELINCK, 1988, p.151).

“Neste período, as atividades econômicas tradicionais declinaram. A cidade foi preparada para tornar-se um centro industrial baseado na atividade mineradora, no aço e metais, sofreu intensa urbanização, e o setor da construção civil emergiu. Mas, como resultado apenas do investimento público, ao contrário de contar como instrumento do crescimento econômico local, devidamente planejado” (MARQUES, 1996, p. 74).

Os efeitos gerados nessa fase inauguram uma série de outros que serão posteriormente ocasionados ao ambiente ludovicense, tanto atribuídos à atuação dos referidos projetos citados, bem como pela instalação de demais projetos.

GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NA FASE NEOLIBERAL EM SÃO LUÍS

Na fase neoliberal São Luís passa por momentos de certa “calmaria” no que concerne a ser alvo de estratégias desenvolvimentistas nacionais baseadas na implantação de grandes indústrias⁷. Entretanto é importante citar que nesse período há expansões dos efeitos ocasionados pelas indústrias instaladas na fase anterior, dado o constante aumento produtivo.

Nas restritas áreas rurais da capital existem elevados índices de miséria, sobretudo gerados pelos baixos salários agrícolas, pela pressão demográfica sobre as terras, bem como pela concentração da propriedade nas mãos de uma elite, que atua como fatores de repulsão populacional.

As habitações irregulares são constantes, terrenos públicos ou privados são ocupados de forma bastante precária e formam bairros, que são constituídos por barracos feitos com materiais inapropriados para moradia e situados, também, em áreas impróprias (mangues, encostas, morros, colinas). Nesse sentido Diniz (2007, p. 173), afirma:

“Nessas localidades, a pobreza e o aspecto caótico são visíveis. Os serviços públicos estão ausentes, o arruamento é desordenado; a água é apanhada em uma bica próxima ou

⁷ Tal fator de “calmaria” demonstra a necessidade de aspectos mais reflexivos sobre a diminuição da capacidade de investimento brasileiro nessa fase.

através de ligações clandestinas; a luz elétrica é conseguida com o prolongamento dos fios de um barraco a outro, os esgotos são depositados a céu aberto, a coleta de lixo é inexistente”.

Esses fatores fazem com que ocorra uma especialização dos bairros e assim uma segregação habitacional, bem como a periferização do distrito industrial. Esse localiza-se em áreas que possuem um preço de terras mais baixo permitindo a aquisição de terrenos de grandes dimensões. Outro fato também ocasionando é a diminuição no espaço do cinturão verde da Ilha⁸.

As alterações que vêm sendo causadas ao ambiente são tanto decorrentes das instalações industriais já efetuadas, bem como do crescimento urbano excludente. Geralmente não têm sido acompanhadas de ações voltadas à preservação do ambiente natural, e de ações que garantam maior qualidade e segurança social. Assim:

“Os corpos líquidos, as manchas de vegetação e a qualidade do ar e do solo se comprometem em diferentes intensidades: os problemas ambientais de natureza sócio-espacial, como os deslocamentos e fixações populacionais desordenados, a violência e a insegurança social, a poluição sonora, as contaminações do espaço-moradia e dos alimentos e as privações de um modo geral, acontecem numa velocidade acelerada” (PACHECO, 2002, p. 57).

Tais impactos suscitam interesses em “proteger” o ambiente. Assim, as comunidades que são reconhecidas por manterem uma relação de proteção ao meio natural, cada vez

⁸ Local onde se produz considerável parte de vegetais de consumo na Ilha.

mais incorporam em seus discursos a necessidade em manter seu modo de vida. Os grandes projetos também incorporam a questão ambiental em sua atuação, através da criação de áreas protegidas e da instalação de objetos ditos mesmos poluentes. A defesa do ambiente passa a ser um discurso utilizado por diversos agentes, cada qual defendendo uma série de interesses, geralmente diversos.

GESTÃO DO TERRITÓRIO E EFEITOS AMBIENTAIS NA FASE LOGÍSTICA EM SÃO LUÍS

Na fase logística há continuidade das exportações por parte das empresas já instaladas na cidade e faz-se necessária a ampliação das fontes de energia que servem às populações e às indústrias. Nesse contexto, se dá a ampliação da subestação São Luís II e a instalação da Termelétrica do Itaqui.

A implantação da Usina Termelétrica Porto do Itaqui, que ainda está em sua fase de construção, tem assumido os efeitos retratados desse período. Então podem ser destacados: o desmatamento da área de implantação da usina, sua consequente perda de biodiversidade e a poluição dos rios pelos rejeitos. Impactos sociais particularmente negativos também foram causados pela implantação da usina, desarticulando a subsistência dos moradores locais.

Os efeitos relativos à sociedade afetam maciçamente a zona rural, com comunidades que travam constantes disputas pela posse dos territórios que ocupam, proporcionando diluição e/ou diminuição das formas de vida dos habitantes locais.

A atuação dos empreendimentos instalados no Distrito Industrial, mesmo tendo seus funcionamentos “pautados” em legislações, não têm se adequado a

uma lógica que mantenha um “equilíbrio” local, na medida em que ocasionam uma série de impactos, considerados negativos, ao meio (CARVALHO, 2009).

O mosaico de vegetação ainda existente na área trata-se de vegetação secundária com presença de manguezais, embora a maior parte destes já tenha sido degradada. Alguns cursos d’água que existiam na década de 1980 não estão mais presentes na atualidade, constatando-se que os recursos hídricos devem ter sido aterrados ou erodidos, através da devastação de suas matas ciliares e/ou deposição de materiais no seu curso. Há grandes áreas de solo exposto, decorrentes de diversos tipos de atividades, tais como extração mineral, devastação da vegetação, ocupação irregular do solo.

A discussão mostrou que os grandes projetos têm representado fator de inserção do Maranhão ao modelo de desenvolvimento adotado no país, em suas diferentes fases. Ao lado do apoio à acumulação de capital, esses investimentos têm provocado, particularmente em São Luís, o surgimento de efeitos ambientais negativos. A forma com que a gestão do território tem sido conduzida expressa uma participação do Estado em sintonia com prioridades econômicas e em descompasso com compromissos ambientais.

CONCLUSÕES

O texto teve como objetivo explorar, em diferentes fases, a relação entre desenvolvimento econômico, gestão do território e efeitos ambientais, com exemplos no Maranhão e em São Luís. No Maranhão, na fase desenvolvimentista, o Estado promoveu um processo de gestão do território voltado para o beneficiamento do contexto nacional através das instalações industriais à serviço da exportação mineral. Os efeitos ambientais estão vinculados à atuação das

gusarias. Na fase neoliberal, o Estado promoveu um processo de gestão do território voltado para o desenvolvimento do agronegócio, sobretudo da soja. Os efeitos ambientais são geralmente ocasionados pelo grande uso de agrotóxicos. Na fase logística, o Estado tem promovido um processo de gestão do território voltado para a lógica de infraestrutura que intenciona superar os gargalos físicos existente no território nacional. Os efeitos ambientais estão ligados às instalações de novos projetos de grande porte, afetando as comunidades que residem nas áreas de instalação das empresas.

Em São Luís, na fase desenvolvimentista, o Estado promoveu um processo de gestão do território voltado para a lógica mercantil global. Os efeitos ambientais foram bastante intensos, ligados a pressões sobre a natureza e a sociedade. Na fase neoliberal, o Estado promoveu um processo de gestão do território voltado ao planejamento e zoneamento local. Os efeitos ambientais estão vinculados à atuação dos projetos da fase anterior. Na fase logística, o Estado tem promovido um processo de gestão do território voltado para o fornecimento de energia que possivelmente será utilizada com fins industriais. Os efeitos ambientais que têm ganhado visualização estão relacionados à perda de manutenção de vida das comunidades da zona rural da Ilha.

A análise mostrou que a lógica produtiva nacional acaba sendo fator determinante para a gestão territorial, apresentando reflexos nas escalas locais, que organizam o território para que sejam enquadradas no processo desenvolvido em cada período.

A voracidade do mundo atual, entendida analiticamente pelo que Milton Santos denominou de período técnico-científico-informacional, adota uma racionalidade

política que utiliza um discurso de modernização. Prioriza o uso do território por processos baseados em capital intensivo, deixando em plano secundário as atividades tradicionais. Tal racionalidade política age através de normas que permitem a difusão de sua ordem. Assim, planos, programas e projetos atribuem ao espaço uma espécie de funcionamento integrado.

Políticas públicas comandadas pelo contexto nacional são decisivas para as escalas local e regional, fazendo-as enquadradas em um âmbito global. Grandes projetos no Maranhão, incluindo São Luís, sobretudo nos períodos desenvolvimentista e logístico, voltados para o desenvolvimento econômico nacional ilustram esse processo. Assim, os usos do território pelos grandes projetos implantados, são produtores de verticalidade, tendo em suas atuações a desestruturação dos lugares. Uma das expressões dessa atuação são os efeitos ambientais que envolvem, além do quadro natural, a própria vida da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B. K. (1994). *Amazônia*. - 3º ed. - São Paulo: Editora Ática.
- BECKER, B. K. (1991). Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debate*, 32: 47-56.
- CARVALHO, F. C. (2009). Ordenamento Territorial e Impactos Sócio-Ambientais no Distrito Industrial de São Luís - MA. In: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P. & PEREIRA, C. R. A. (orgs.). *Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim*. São Luís: EDUFMA, p. 41-60.
- CERVO, A. L. (2008). *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva.
- CORRÊA, R. L. (1996). Os centros de gestão do território: uma nota. *Revista Território*,

1(1): 23-30.

- DA SILVA, C. A. F. (1993). A dimensão regional na gestão do território: da integração econômica à integração competitiva. *Boletim Goiano de Geografia*, 13 (1): 45-63.
- DINIZ, J. S. (2007). As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. *Ciências Humanas em Revista - São Luís*, 5 (1): 197-180.
- EGLER, C. A. G. (1995). Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-238.
- FERREIRA, A. J. A. (1999). *O Estado e as Políticas do Urbano em São Luís*. 223f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GISTELINK, F. (1988). *Carajás, usinas e favelas*. São Luís: Gráfica Minerva.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (1997). *Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. Macrozoneamento diagnóstico ambiental da microregião de aglomeração urbana de São Luís. Estudo de ocupação espacial e cobertura da terra*. São Luís: SEMA/GERCO, 137 p. Apostila.
- NUNES, G. R.; VERBINNEN, R. T. & NUNES G. S. (2010). Impactos socioambientais pelos pesticidas empregados na sojicultura sobre a comunidade de sonhem, região pré-amazônica maranhense. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, 6(11): 117-132.
- PACHECO, J. B. (2002). *O ambiente urbano de São Luís - MA: Relações Sócio-Espaciais dos Agentes de Construção e Modelagem do Bairro São Francisco*. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, Maranhão.
- SANT'ANA JÚNIOR, H. A. & ALVES, E. J. P. (2010). Conflitos Socioambientais no Maranhão: os Povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário

– MA). In: Encontro da ANPPAS, 5., Florianópolis – SC. *Anais...*, Florianópolis: ANPPAS, 19p.

SÃO LUÍS, Plano Diretor. (2006). *São Luís: uma leitura da cidade*. São Luís: Prefeitura de São Luís/ Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade.

SPOSITO, M. E. B. (1998). A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. *Revista Território*, 3(4): 27-37.

ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K. (2010). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.